



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Brasília/DF, 06 de outubro de 2015.

REQUERIMENTO N.º , DE 2015.

(Dos Srs. Cabo Sabino e Moses Rodrigues).

Requer a realização de Seminário Regional no Estado do Ceará para debater a valorização da carreira dos Defensores Públicos do Estado do Ceará, e a autonomia financeira e orçamentária da Defensoria Pública.

Senhor presidente,

Requeremos com fundamento nos arts. 2º e 3º do Ato da Mesa nº 33 de 2012, após consulta ao Plenário desta Comissão, que seja promovida Mesa Redonda na Câmara Municipal de Sobral, no Estado do Ceará para debater a valorização da carreira do Defensor Público e a autonomia financeira da Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Atualmente, a Defensoria Pública no Estado do Ceará enfrenta empecilhos ao seu crescimento em face da insuficiência de recursos destinados à Instituição o que prejudica a prestação de seus serviços e

culmina na evasão profissional decorrente da desvalorização da carreira em relação aos integrantes dos demais órgãos autônomos do Sistema de Justiça.

A escassa destinação de recursos dificulta o desempenho com maior efetividade dos serviços à população, diminuindo drasticamente o acesso da população, principalmente do interior do Estado e dos mais longínquos rincões aos serviços de defesa de seus direitos.

A Defensoria pública é uma instituição essencial, pois democratiza o acesso a Justiça, atua na promoção dos direitos humanos e na defesa dos direitos individuais e coletivos dos mais necessitados.

No entanto, o Estado do Ceará sofre com a falta de defensores, o interior ainda mais, Sobral conta com atuação de diligentes defensores públicos, mas ainda em número insuficiente para a demanda do município.

No Estado do Ceará existem atualmente 437 cargos criados, somente 285 ocupados, portanto 152 cargos vagos. No último concurso realizado é finalizado no final de setembro foram aprovados 148 candidatos, mas ainda estão pendentes de nomeação.

Os recursos destinados no ano de 2015 para os órgãos autônomos do Sistema de Justiça apresentam uma discrepância de prioridades governamental, pois a cada 100 reais destinados aos órgãos autônomos do Sistema de Justiça (Ministério Público, Tribunal de Justiça e Defensoria Pública) apenas 8,85 reais foram para a Defensoria Pública, com isso, percebemos que o valor destinado ao órgão é desproporcional ao remanejado às demais instituições e insuficiente para a demanda de seus serviços.

Desta forma, para compreendermos com propriedade a dimensão da situação da Defensoria Pública faz-se necessário a realização de uma Mesa Redonda para ouvirmos a categoria e a população. Considerando a relevância deste debate para a democratização do acesso a Justiça a população, solicito o apoio dos nobres pares.

CABO SABINO

Deputado Federal – PR/CE

MOSES RODRIGUES

Deputado Federal – PPS/CE